

SE HOUVE FRAUDE, EXPLORARAM A MINHA BOA FÉ.
(Do deputado Ricardo Fiúza)

Fiúza não convence subcomissões

EX-RELATOR DO ORÇAMENTO DE 1992 VOLTA A DEPOR E DIZ QUE NÃO SABIA DO ESQUEMA, MAS CONTINUA SOB SUSPEITA.

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), ex-relator da Comissão de Orçamento e ex-ministro da Ação Social, não conseguiu convencer as subcomissões de emendas e subvenções de que não teve participação no escândalo de manipulação de verbas federais. Ao longo de um depoimento tenso, representantes dessas duas subcomissões revelaram parte de seus relatórios em que Fiúza é responsabilizado pela manipulação ilegal do Orçamento de 1992 e pelos desvios de verbas das subvenções sociais no mesmo ano.

De acordo com os números apresentados na CPI pela deputa-

Subcomissão constatou que procedimento de Fiúza para liberar verba dificultava fiscalização

da Jandira Feghali (PC do B-RJ), em apenas quatro meses de gestão o ex-ministro liberou US\$ 22 milhões a título de subvenções sociais. Desse total, segundo a deputada, pelo menos US\$ 13 milhões foram destinados a entidades controladas pelo esquema de corrupção do deputado João Alves (sem partido-BA). O relatório de subvenções constatou que Fiúza liberava o dinheiro para essas entidades por meio de ordem de pagamento global ao Banco do Brasil — procedimento que dificultava a fiscalização porque o nome dos beneficiários deixava de ser registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

“O interessante é que somente algumas entidades, coincidentemente as do esquema João Alves, foram pagas por este método”, disse Jandira. Segundo ela, o Tribunal de Contas da União encontrou suspeitas de fraude e irregularidades em 74 das 75 entidades submetidas a auditorias. Em sua defesa, Fiúza alegou desconhecer o esquema de Alves e de outros parlamentares que usavam as verbas sociais em proveito próprio.

Fiúza confirmou que, na maioria das vezes, recebia os pedidos de subvenções em ofícios entregues diretamente pelos parlamentares, mas não assumiu responsabilidades pela aplicação do dinheiro. “Não tenho o dom da premonição”, ironizou. “Se houve fraude,

exploraram a minha boa fé.” Ele acusou seu ex-assessor informal, o economista José Carlos Alves dos Santos, de ter preparado as falcaturas. Para sustentar essa versão, apresentou duas cartas de ex-assessores seus na Ação Social afirmando que Santos orientara a distribuição dos recursos.

Apesar dos documentos comprometedores — a CPI mostrou a Fiúza, por exemplo, que ele autorizou em setembro de 1992 repasses para quatro prefeituras de Sergipe inadimplentes com o governo —, o ex-ministro não se intimidou. “Não sou réu e não estou aqui para me submeter a alguns

parlamentares vestidos de investigadores”, avisou, no início da sessão. Ele manteve o tom de desafio a maior parte do tempo, mas descontrolou-se ao ver partes do relatório das emendas, repassado a ele durante intervenção do deputado

Sérgio Miranda (PC do B-MG).

“Não aceito que uma versão dos fatos seja apresentada como prova”, afirmou. “Estou há 70 dias sendo chamado de culpado”, completou, o que obrigou o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) a ameaçar suspender a sessão. Fiúza se descontrolou porque o relatório constatou que ele criou emendas em favor do deputado Carlos Benevides (PMDB-CE) e seu pai, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), depois que a Lei Orçamentária de 1992 já estava aprovada pelo Congresso.

Para chegar a essa conclusão, a subcomissão pesquisou em todas os 23 volumes do Orçamento de 1992 as emendas originais apresentadas pela família Benevides e não encontrou as cinco que o próprio Fiúza apontou em seu primeiro relatório de defesa como sendo de autoria dos dois parlamentares. “Não há como provar isso”, refutou Fiúza. Para dirimir dúvidas, o relator do caso Fiúza, deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP), decidiu ouvir dois técnicos em Orçamento indicados por Fiúza e outros dois indicados pela Subcomissão de Emendas.



Sérgio Amaral/AE

Fiúza responsabilizou José Carlos dos Santos, seu ex-assessor, pelas falcaturas.